

A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO MULTILÍNGUE E MULTICULTURAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DA GUINÉ-BISSAU

Sergio da Silva Nhanrí¹
Kaline Araujo Mendes de Souza²

Resumo

O presente trabalho analisa a influência do contexto multilíngue e multicultural no processo de aprendizagem da língua portuguesa nas escolas da Guiné-Bissau, com o foco no 1º ciclo do Ensino Básico (2º ao 4º ano). Um país com vasta diversidade linguística, mais de 20 grupos étnicos (Correia, 2023), o Crioulo guineense é a língua majoritária, falada por cerca de 90% da população guineense” (Djau, 2015). Entretanto, no sistema educativo, o português é adotado como língua única de ensino e Estado, o que tem gerado obstáculos para estudantes que estabelecem o seu primeiro contato com a língua portuguesa apenas na escola. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica das obras dos autores como: Almeida Filho (2009), Couto e Embaló (2010), Carvalho (2011) e Cá (2015), e em entrevista semiestruturada com os alunos guineenses. Os resultados mostram que a imposição do português como única língua de ensino como L1 ignora a realidade linguística dos alunos, cuja primeira socialização ocorre, em geral, em língua guineense ou línguas étnicas, destacando a valorização da identidade cultural e o ensino bilíngue para aprimorar o rendimento escolar, superar barreiras da comunicação. A partir da literatura visitada e dos relatos dos participantes da pesquisa, foi possível concluir que a implementação do modelo de ensino bilíngue - português e guineense - é fundamental para a valorização da identidade cultural e sucesso escolar dos alunos na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Multilinguismo; Língua Portuguesa; Língua Guineense; Ensino Bilíngue; Política Linguística na Guiné-Bissau.

Abstract

This study analyzes the influence of the multilingual and multicultural context on the Portuguese language learning process in Guinea-Bissau schools, specifically focusing on the 1st cycle of Basic Education (2nd to 4th grades). As a nation characterized by vast linguistic diversity and home to more than 20 ethnic groups (Correia, 2023), Guinean Creole is the majority language, spoken by approximately 90% of the population (Djau, 2015). Nevertheless, the educational system adopts Portuguese as the sole language of instruction and state language, creating significant obstacles for students whose first contact with Portuguese occurs only upon entering school. Methodologically, this research is qualitative, exploratory, and descriptive, grounded in a literature review of authors such as Almeida Filho (2009), Couto and Embaló (2010), Carvalho (2011), and Cá (2015), alongside semi-structured interviews with Guinean students. The results indicate that imposing Portuguese as the exclusive language of instruction

¹Graduando do Curso de Letras, Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Linguagens e Literaturas. Redenção-CE. E-mail: censo14@aluno.unilab.edu.br

²Orientadora. Professora do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Linguagens e Literaturas. E-mail: kalinemendes@unilab.edu.br

(treated as L1) ignores the students' linguistic reality, as their primary socialization typically occurs in Guinean Creole or ethnic languages. The findings highlight the importance of cultural identity and the need for bilingual education to enhance academic performance and overcome communication barriers. Based on the literature and participant accounts, the study concludes that implementing a bilingual education model—integrating Portuguese and Guinean Creole—is essential for fostering cultural identity and ensuring the academic success of students in Guinea-Bissau.

Keywords: Multilingualism; Portuguese Language; Guinean Creole; Bilingual Education; Language Policy in Guinea-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país multilíngue e multicultural, isso evidencia a clara riqueza das línguas nativas presentes no país, composto por mais de 20 grupos étnicos (Correia, 2023). Com isso, interessa-nos pesquisar para compreender em que medida o multilinguismo dos alunos guineenses influencia no processo de aprendizagem da língua portuguesa. A política linguística vigente, a partir do decreto-lei nº 7/2007, adota o ensino exclusivamente em português, isso pode influenciar negativamente o aprendizado dos estudantes pela obrigatoriedade de aprender essa língua que não pertence às suas convivências sociais. A maioria dos alunos estabelecem o primeiro contato com a língua portuguesa apenas ao entrar na escola, no início da alfabetização, no ensino primário (Cá, 2019).

Perante isso, entende-se a ausência da língua guineense (Crioulo)³ no sistema educacional do país como um dos problemas que comprometem o sucesso escolar de milhares de crianças e que há necessidade de valorização da diversidade linguística, de promover o respeito à cultura local como sendo elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

A língua portuguesa na Guiné-Bissau é a língua com o estatuto da oficialidade, a única língua de ensino e de Estado, por sua vez, a língua guineense (Crioulo) e as línguas maternas são as línguas majoritárias, faladas por cerca de 90% da população guineense e marginalizadas (Djau, 2015). Nesse cenário, percebemos que o multilinguismo influencia, de certo modo, o aprendizado da Língua Portuguesa.

O presente trabalho visa analisar em que medida o contexto multilíngue dos alunos guineenses influencia na aprendizagem da língua portuguesa no 1º ciclo de Ensino Básico

³ Guineense (Crioulo) – vai ser o termo usado neste artigo para referir o crioulo da Guiné-Bissau.

Unificado (2º a 4º anos de escolaridade), compreender as suas dificuldades e os desafios enfrentados no processo.

A relevância da escolha temática partiu da experiência pessoal vivenciada no ensino básico guineense e com a disciplina de Ensino da Língua Portuguesa nos Países da Integração, que proporcionou uma reflexão profunda sobre a real situação do ensino da LP na Guiné-Bissau, principalmente, nas zonas rurais, interior do país, onde nem a compreensão do guineense (crioulo) é suficiente, mas o ensino é feito como se fosse a língua primeira (L1) dos alunos. Buscando uma inclusão educativa e a valorização da diversidade linguística, face a imposição do português como única língua de ensino. E contribuir como subsídio para os debates na área da Linguística Aplicada e Educação, permitindo uma reflexão crítica da política linguística do país e a discussão sobre a inadequação do modelo de ensino monolíngue.

Como destaca Saldanha (2019), o país tem enfrentado vários desafios no tocante a uma efetiva adequação do seu sistema educativo à sua realidade sociocultural. Um dos maiores desafios a esse projeto de educação é a problemática em torno da língua de ensino.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter exploratório com os traços descritivos. Quanto aos procedimentos, adotamos abordagem qualitativa, a partir de diversas fontes: artigos científicos, livros, documentos oficiais, além dos textos resultantes das entrevistas semiestruturadas com estudantes guineenses presentes na UNILAB. O presente trabalho está organizado em seis seções, quais sejam: introdução; fundamentação teórica, subdividida em três tópicos; metodologia; análise e discussão dos dados, também subdividida em três tópicos; palavras conclusivas e, por fim, as referências bibliográficas.

2. SITUAÇÃO LINGUÍSTICA NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país do continente africano, onde se encontra grande variedade linguística. É composta por cerca de 20 grupos étnicos, cada qual com sua cultura, língua, história e identidade própria (Correia, 2023). Vale destacar que a língua guineense é a mais falada no país, dentre outras línguas étnicas, das quais destacam-se balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijagós, felupe, mansonca, nalu, tanda, cocoli e susso. Analisando em torno dessa diversidade, isso se constitui como um factor de influência na aprendizagem da língua portuguesa, considerando o espaço e domínio que cada uma dessa língua tem na sociedade. Com isso, é interessante discutir os impactos dessa diversidade multicultural no contexto de ensino do português nas escolas do país.

2.1 Contextualização da Política Linguística e Ensino do Português na Guiné-Bissau

O sistema educativo guineense é muito débil, já passou 52 anos depois da sua independência, mas continua a deparar com grandes problemas da política linguística. No país existe uma política, o modelo do colonizador, que visa ao total apagamento e à desvalorização das línguas e culturas locais. Para Cá (2009), existe uma política, mas “[...] com a filosofia de permitir que os indígenas recebessem o suficiente da cultura branca é que o colonizador português tentou desenvolver uma política de assimilação”. Para Santos (2012, p.43 *apud* Bachmann, 2014, p.23), Política Linguística seria “um conjunto de determinações governamentais sobre a língua, ou línguas, na relação destas com a sociedade, visando ou a alteração ou a manutenção do comportamento linguístico de uma comunidade [...]”.

Na Guiné-Bissau, depois da proclamação da independência, a nova República passou a preocupar-se com a situação educativa do país. Em 1975, a Assembleia Nacional Popular (ANP) realizou a sua primeira sessão ordinária em Bissau, presidida por João Bernardo Vieira, a fim de acompanhar o trabalho que estava sendo realizado no setor educativo pelos comissários de Estado. O objetivo era pensar sobre a reforma do setor e implementar um sistema de educação mais voltado para a realidade guineense. Entretanto, percebeu-se que deu início a política educativa e onde se destaca em alínea “d” um plano para política linguística, mostrando que é necessário aprender nas escolas do país, Cá (2005):

Depois de terem sido aprovadas as reformas do sistema educativo pelo Parlamento, o Comissariado de Estado da Educação e Cultura da Guiné-Bissau expôs na sua política educacional as bases para a profunda reforma do sistema educativo no país em ordem a pôr em prática dois objetivos fundamentais: 1º) concretizar o direito de cada um à educação e ao saber dando a todos as mesmas oportunidades e 2º) criar um sistema educativo que, favorecendo particularmente o desenvolvimento dos valores culturais nacionais, saiba transmitir igualmente os valores universais necessários ao desenvolvimento individual e coletivo. Neste sentido, as quatro tarefas enunciadas como mais urgentes eram as seguintes: a) reforma completa dos programas escolares, visando a sua adaptação às realidades socioculturais e às necessidades do desenvolvimento pela ligação da escola à vida, a fim de transformá-la num elemento ativo e integrado do desenvolvimento global da nossa nação africana; b) democratizar e tornar gratuito o ensino, de forma a dar a todos as mesmas oportunidades; c) formar localmente o pessoal técnico indispensável ao desenvolvimento do país e d) ensinar em língua nacional. A respeito desses quatro pontos principais, declarava o comissário principal, primeiro ministro, Francisco Mendes Té em 1976 (Pereira, 1977, *apud* Cá, 2005, p.77).

Nota-se que, a partir deste ponto, começou a delinear um novo modelo para a educação na Guiné-Bissau, tentando-se afastar do sistema educativo colonial, que visava à formação de elite, separavam os guineenses e apagavam suas culturas em detrimento de serem civilizados.

Depois desta reforma da política educativa no país, surgiram outras tentativas como forma de melhorar o sistema educativo na Guiné-Bissau, mas ainda prevalece a herança da cultura portuguesa no sistema, começando por materiais didáticos, produzidos em Portugal, com ilustrações e exemplos europeia, frutas (maçã, pêra, figo), estação do ano (Primavera, Verão, Outono e Inverno). A forma de preparação e execução das aulas simplesmente se baseia em pegar tudo que se encontra no livro/manual e passar no quadro para o aluno copiar e depois ensinar repetidamente para que ele possa decorar. O que se constata é que o país até então não consegue desfazer do modelo colonial. Conforme afirma Fonseca (2011, p. 92), a política linguística em Guiné, através de um decreto-lei nº 7/2007 de 12 de Novembro de 2007, obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e, especialmente, dentro da sala de aula e no recinto escolar. Existe a obrigatoriedade de uso da Língua Portuguesa sem pensar nas situações dos alunos das zonas rurais, que desconhecem essa língua em sua maioria e, além disso, espera-se que atinja o seu auge no ambiente escolar.

É importante referir que desde os momentos iniciais de planeamento de sistema educacional da Guiné-Bissau, sempre se falou sobre ensino das línguas nacionais para a preservação da identidade cultural, mas na aplicação das leis e programas educativos não se aplica nada disso na prática.

Nessa compreensão, se percebe que existe uma falta de uma política educacional que vai ao encontro da realidade dos guineenses. Para Oliveira (2010 *apud* Cunha 2022 p. 4), à luz da política pública, a política educacional é uma política que o governo ou o Estado adota para implementação da educação de qualidade e que vai de acordo com a necessidade de sua população. Diferentemente da Guiné-Bissau, a realidade educativa não constitui preocupação para os governantes.

Segundo Ié (2018), “a escolha de uma língua oficial em um contexto multilíngue implica diretamente na exclusão das demais línguas no sistema oficial do país”. Essa exclusão constitui grande desafio para os alunos da zona rural em que as suas identidades estão se perdendo cada vez mais e além disso, o aluno pode estar dentro da sala de aula, mas com a falta de compreensão da língua e conseqüentemente de conteúdo e isso lhes faz perceberem que a escola não é o espaço para eles estarem. Esse problema não é só especificamente da Guiné-Bissau, mas acontece de igual forma em outros países africanos na língua oficial portuguesa (PALOP), como em Angola e Moçambique, onde os seus líderes não estão dispostos para promover as suas

línguas nacionais tal e igual à Língua Portuguesa, com exceção de Cabo Verde⁴, que já deu um passo significativo da oficialização do Crioulo cabo-verdiano como língua de ensino, com a implementação de novo currículo do Ensino Secundário que introduz a disciplina de Língua e Cultura Cabo-verdiana (L&C-CV) com carácter opcional e experimental a partir do 10.º ano.

Em relação à Guiné-Bissau, existe uma falta de acompanhamentos do Estado à Política Educacional e Linguística, que para alguns às instabilidades políticas é o que impede avanço no trabalho e atrapalham o planeamento linguístico, mas para os outros a razão não é essa porque o país já tem anos suficientes da sua independência para implementar as ideias do pai fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, que preferiu esse discurso sobre a oficialização e o ensino da Língua Portuguesa nos seus últimos momentos antes da sua assassinação em Conacri.

Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo durante muito tempo, [...] para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português. [...] até um dia em que de facto, tendo estudado profundamente o crioulo, encontrando todas as regras de fonéticas boas para o crioulo, possamos passar a escrever o crioulo. [...] se nas nossas escolas ensinamos aos nossos alunos como é que o crioulo vem do português e do africano, qualquer pessoa saberá português muito mais depressa. O crioulo prejudica quem aprende o português, porque não sabe qual é a ligação que existe entre português e o crioulo, mas se se conhecer a ligação que há isso facilita aprender o português (Cabral 1979, p.105-106 *Apud* Saldanha 2019, p.31).

Essa era a ideia inicial de Cabral e, depois, prosseguir com estudo e avançar para a oficialização do guineense (Crioulo), mas, até o presente momento, não existe um estudo da iniciativa do governo para a valorização dessa língua. Aliás, existe um estudo feito por um missionário italiano, residente no país há muitos anos, chamado Luigi Scantamburlo, autor de várias obras sobre a língua guineense e língua portuguesa na Guiné-Bissau, onde se vê: Gramática e Dicionário da Língua Criol da Guiné Bissau (GCr) 1981, Volume I e a Gramática de Crioulo. Dicionário Crioulo-Português. Dicionário Português-Crioulo, 2002 - Volume II. Percebe-se que estes estudos são da iniciativa não governamental, mas podem servir de base ou documento adicional para estudo da língua guineense.

No que diz respeito ao ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, existe uma descontextualização entre ensino e a sociedade. O país é multilíngue, todavia a diversidade linguística dos alunos vai influenciar nos seus aprendizados. A utilização do português no ensino como L1 e única do ensino não é benéfica para os estudantes, considerando a situação

⁴ Decreto-Lei n.º 28/2022 (art.º 15.º), que define o currículo do Ensino Secundário em Cabo Verde. Essa decisão alinha-se com i) o estabelecido no Decreto-Lei n.º 13/2018 de 7 de dezembro.

https://minedu.gov.cv/media/manuais/2024/08/30/Programa_de_L%C3%ADngua_e_Cultura_Cabo_verdianas_10.%C2%BA_Ano_Vers%C3%A3o_Experimental_1.pdf

sociocultural, razão pela qual existe fraco desempenho linguístico dos estudantes. Para M'bana *et al* (2024), [...] o sistema educacional de Guiné mantém um “ensino monolíngue no país que comporta uma vasta diversidade linguística e cultural”, que confronta essa política linguística colonizadora, que favorece o apagamento das línguas nacionais. É notável essa dificuldade nos alunos, mas entendemos que não deve ser encarada como simples problema linguístico, uma vez que pode repercutir em toda vida académica e ele vai ter que escolher continuar persistindo ou desistir por causa das dificuldades, como enfatiza Cá (2015):

Devido à complexidade que envolve a temática, o fracasso dos alunos deve ser analisado pelos vários fatores e um desses fatores é o linguístico. Muitos alunos abandonam a escola ainda muito novos e apresentam baixos níveis de aprendizagem, porque não têm um domínio satisfatório e nem trazem de casa uma base linguística que lhes permitam um uso equilibrado da língua. A linguagem da escola, a legítima, tem limitado o processo de ensino aprendizagem desses alunos, sobretudo das camadas populares, principalmente das zonas rurais (Cá, 2015, p.164).

No entanto, entende-se que a estratégia de ensino da língua portuguesa não é vantajosa para maioria dos alunos, aqueles dotados das outras línguas antes de ter contato com a língua de ensino, os quais, no ambiente escolar, simplesmente limitam-se para não expressarem e sejam julgados de “falar errado”. Para Bachmann (2014), “a ausência de sua língua e cultura no contexto educacional é uma barreira para que ocorram os processos de ensino e aprendizagem os quais a educação escolar se propõe”. Portanto, no capítulo a seguir, vamos falar mais detalhadamente sobre os desafios e as influências do multiculturalismo guineense no contexto de ensino da língua portuguesa.

2.2 Desafios e influências de multilíngue e multiculturalismo guineense

Como tínhamos mencionado anteriormente, a Guiné-Bissau é um país em que o multilinguismo e multiculturalismo compõem o seu mosaico cultural e linguístico, o português é a língua oficial desde a sua tomada da independência. Desde então, tentou-se criar um modelo de educação com intuito de promover o desenvolvimento do país, que tem bases socioculturais voltadas às suas raízes, mas até então não conseguiu e maioria dos alunos estão sendo vítimas do modelo de ensino vigente no país. Perante essa realidade, eles são obrigados a enfrentar grandes desafios linguísticos, quebras das barreiras de comunicação e a compreensão dos conteúdos escolares em língua portuguesa, porque o guineense e a LM, em caso da maioria,

não têm espaço dentro da sala de aula e tão pouco nos recintos escolares (decreto-lei nº 7/2007)⁵. Para Saldanha (2019, p.37), “A rigidez dificulta sobremaneira a total adequação do modelo educativo às realidades social e cultural do país, [...]”.

Nota-se que o principal desafio a enfrentar é o confronto dentro da sala de aula, entre as línguas de ensino e a língua materna, a maioria dos estudantes ingressam na escola sem ter primeiro contato com a língua do ensino, enquanto que são falantes fluentes das suas línguas maternas ou língua guineense. Portanto, essas línguas vão influenciar de forma significativa no sistema educacional, por mais que exista um sistema de silenciamento. E se o multiculturalismo guineense é um patrimônio essencial do povo, então precisa ser valorizado e protegido da extinção.

Segundo Grosso (2010, p. 63 *apud* Cá, 2015, p. 68), “o conceito de língua materna faz alusão à língua da primeira socialização, que tem geralmente a família como principal transmissor”, ou seja, aquela que um indivíduo aprende na infância, normalmente com os pais e no ambiente familiar. É importante realçar que a LM ou L1 pode até não ser língua dos pais, mas a criança adquire através da socialização numa dada comunidade. Para Carvalho (2011), “Da LM, o falante internalizará a gramática e será capaz de comunicar-se mesmo que nunca a tenha estudado”. No caso dos alunos da Guiné-Bissau, são o guineense (Crioulo) e as línguas étnicas. Por isso, ao entrarem na escola, apresentam repertório linguístico bem consolidado e é difícil adquirir nova língua sem ter que passar por suas LM. Além disso, o método de ensino dificulta ainda mais o processo de aquisição. Também é importante destacar a insuficiência de carga horária diária cumprida pelos alunos nas escolas de apenas quatro horas e tempo todo na comunidade conversando nas suas línguas de convívio com as famílias, isso tem contribuído negativamente para a aprendizagem da língua portuguesa.

Um outro fator que os alunos enfrentam dentro do sistema de ensino é a dificuldade de lidar com o material didático⁶. Na perspectiva de leitura e compreensão dos elementos textuais, o centro de ensino de leitura é o texto ou livro didático.

Para Cá (2017),

[...] o material didático é um elemento fundamental para o ensino de línguas, pois não serve apenas como uma ferramenta de aquisição de conhecimento, método e hábito de trabalho e estudo, mas ajuda a formar cidadãos que respeitam a formação de

⁵ Decreto-lei nº 7/2007 - obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e, especialmente, dentro da sala de aula e no recinto escolar.

⁶ Os materiais didáticos são produzidos em Portugal, com ilustrações e exemplos europeia, frutas (maçã, pêra, figo), estação do ano (Primavera, Verão, Outono e Inverno).

conhecimento baseado na preservação de valores culturais e cívicos, sem discriminação étnica, religiosa e social (Teixeira 2012, p.55-56 *apud* Cá 2017, p.30).

Entretanto, o que se constata não é simplesmente a proibição da fala dos alunos, mas o próprio modo de pensar já que os materiais didáticos não obedecem a realidade multilíngue guineense. Em nossa reflexão, se a língua é uma expressão de sentimentos e pensamento, por que esses alunos são impedidos de usar suas razões?

Com base nisso, mais adiante, discutimos sobre o modelo de ensino bilíngue como forma de melhorar o desempenho dos alunos e preservar a identidade guineense.

2.3 O bilinguismo para aprimorar o ensino guineense

Além das dificuldades linguísticas que os alunos guineenses enfrentam no ensino da língua portuguesa no contexto multilíngue, aprendem a língua portuguesa como língua única de ensino, tentando ignorar a língua do cotidiano. Mas, é previsível que essas línguas vão influenciar o aprendizado, razão pela qual ressaltamos a importância do ensino bilíngue como forma de aprimorar o ensino, facilitando na compreensão e domínio das matérias e aperfeiçoando o domínio da língua portuguesa.

De acordo com Aurélio (2008, p.177), “o bilinguismo é definido como utilização regular de duas línguas por indivíduo, ou comunidade, como resultado de contato linguístico”. No caso do sistema educacional guineense, a utilização das duas línguas no ensino seria a língua portuguesa e o guineense (Crioulo), que é de extrema importância do ponto de vista linguístico para uma educação de qualidade no país, que valorize o contexto sociocultural dos alunos.

A inclusão do ensino bilíngue na Guiné-Bissau, não se limita simplesmente ao estudo e uso das duas línguas no sistema de ensino guineense, mas sim um arranque para o desenvolvimento educacional, facilitando o sistema de ensino considerando os fatores da cultura e identidade dos alunos, onde terão aprendizagem na sua língua e cultura. Para Silva & Coelho,

Os conteúdos ensinados na escola devem guardar uma relação direta com realidade mais próxima, realidade essa que deve se apropriar de todo o conhecimento produzido social, racial, político, cultural e economicamente a partir das próprias formas de ver, sentir e viver o mundo (SILVA & COELHO, s/d, p. 7 *apud* Sambú, 2018, p. 30).

Porém, é na base da cultura que as normas de interações são estabelecidas, ou seja, o indivíduo se apresenta ao mundo através da sua cultura. Por outro lado, o povo guineense sempre mostrou a sua resistência na questão linguística, desde o período colonial, e continuou afirmando com o crioulo a sua identidade. Portanto, o impedimento dessa língua no ambiente

escolar significa o apagamento da sua cultura identitária e o ambiente de aprendizagem deixa de ser um espaço de conforto desses alunos.

Ressaltamos que é importante ensinar na língua que une diferentes culturas e pode servir como mediadora do conhecimento. Segundo Sambé (2023), a necessidade de adotar a língua guineense como língua de ensino aprendizagem é um direito dos guineenses. Cabe ao Estado reconhecer e fazer respeitar esse direito. Como consta na Lei de Base de Sistema Educativo, o **Art. 14.º** (Objectivos gerais), em alínea **c)** *Inspirar nos educandos a valorização e salvaguarda da identidade cultural guineense.*

A implementação do ensino bilíngue pode ser uma estratégia pedagógica para o avanço no sistema educativo na Guiné-Bissau, porque não se deve limitar o conhecimento do aluno somente em língua portuguesa. É importante ensinar tanto na língua guineense (Crioulo) quanto na língua portuguesa para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e, assim, promover a obtenção de bons resultados e sucesso escolar dos alunos.

Com referência à implementação do ensino bilíngue na Guiné-Bissau, importa salientar que não é um fenómeno novo como podemos constatar através da experiência do projeto dos Centros Experimentais de Educação e de Formação (CEEFF). Algumas regiões do país se beneficiaram deste projeto que tinha como finalidade o ensino bilíngue nas escolas das zonas rurais.

Conforme Scantamburlo e Pinto (2018):

O projeto teve início no ano letivo de 1986/87 e desenvolveu-se em aldeias de três regiões do litoral norte, centro e sul: Bará (Região de Cacheu), Cufar e Priam (Região de Tombali) e na ilha de Uno (Região Bolama Bijagós). A duração foi de oito anos (1986-1994), isto é, dois ciclos de ensino básico elementar. [...] Na avaliação do projeto, Carolyn Benson (1994) apresentou os seguintes resultados: (a) o uso do guineense nas escolas primárias não prejudicou a aprendizagem dos estudantes; (b) para os alunos cuja língua materna não é o guineense, a competência linguística é adquirida logo na segunda classe; (c) o guineense é uma língua válida para o ensino primário, que pode substituir as línguas maternas, quando há impossibilidade prática de utilizar uma das línguas étnicas por falta de meios didáticos ou de homogeneidade dos alunos. (Scantamburlo e Pinto, 2018, p.63).

O estudo mostra a vantagem do ensino bilíngue e que este não trará nenhum prejuízo à língua portuguesa e nem a substituiria, pelo contrário, facilitará o aprendizado para os alunos. Os dados nos indicam que, desse modo, o ambiente é favorável ao ensino:

Os alunos dos três Centros rurais demonstraram não somente ser capazes de ler e de escrever o Crioulo Guineense, mas também de transferir com sucesso estas habilidades para o Português (ao nível equivalente). Isso tem evidenciado que o programa de ensino bilíngue transitório pode ser eficaz na Guiné-Bissau, no caso de o modelo ser adequado (Benson 1994, p. 250 *apud* Scantamburlo & Pinto 2018, p.64).

Nessa compreensão, o ensino da língua materna ou de maior domínio dos alunos, facilita a transmissão de conhecimentos e permite maior articulação entre a educação familiar e a educação escolar. Além disso, incentiva o aluno à participação nas discussões dentro da sala de aula e aumenta a sua competência linguística.

As discussões acima evidenciam as hipóteses da nossa pesquisa, que o multilinguismo guineense influencia no aprendizado dos alunos. Salienta-se ainda que não há valorização das línguas e culturas nacionais, o modelo vigente não coabita com a realidade sociocultural. A seguir, vamos apresentar a nossa metodologia de pesquisa.

3. METODOLOGIA

Considerando a natureza do nosso trabalho, adotamos a metodologia de pesquisa exploratória e cunho descritivo. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (Gil, 2017). Ainda para o mesmo autor, “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A combinação dessas duas abordagens possibilita uma melhor compreensão das sutilezas e dos fatores importantes, além de permitir o conhecimento das principais características desse grupo e a descrição da natureza precisa das relações entre o multilinguismo e o ensino da Língua Portuguesa. Nossa pesquisa é alicerçada nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. Adotamos a abordagem qualitativa para a investigação mais minuciosa sobre a influência do contexto multilíngue e multicultural do ensino guineense.

Para a coleta dos dados, elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturada com três perguntas, e aplicamos com seis estudantes guineenses que tiveram o primeiro contato com a LP na escola, mas tinham domínio e fluência das suas línguas maternas/L1. A entrevista decorreu de forma híbrida (presencial e online no Google Meet), sendo gravada e transcrita. A seleção dos participantes na amostragem é intencional, com base no critério e no conhecimento prévio que define o nosso objeto de estudo.

Os informantes são estudantes provenientes das três províncias da Guiné-Bissau (norte, sul e leste), contém as faixas etárias compreendidas entre 20 a 28 anos de idade e as suas composições étnicas são: balantas, pepel, fula, felupe e mandinga. Ainda sobre o perfil dos informantes, são do curso de LP, Química, BHU, Agronomia e Biologia, ambos se encontram entre o segundo e quinto semestre dos respectivos cursos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos a investigação e realizamos a discussão para o cumprimento de nossos objetivos. Para tal, selecionamos o perfil dos nossos entrevistados, alunos oriundos de diferentes regiões, como forma de compreender melhor o impacto do multilinguismo a partir da narração das suas experiências e fizemos análise interpretativa dos seus depoimentos.

Mas, antes de mais nada, convém apresentar a forma como está organizada a educação básica na Guiné-Bissau, segundo a Lei de Base do sistema Educativo do país (LDB), no seu art. 13.º, que aponta o seguinte:

1. O Ensino Básico desenvolve-se ao longo de 9 anos de escolaridade e organiza-se em três ciclos: a) O primeiro ciclo compreende o 1º ao 4º ano de escolaridade, subdividindo-se em duas fases, organizadas da seguinte forma: i) primeira fase, que inclui o 1º e o 2º ano de escolaridade; ii) segunda fase, que abarca o 3º e o 4º ano de escolaridade. b) O segundo ciclo, que enforma a terceira fase do ensino básico, inclui o 5º e o 6º ano de escolaridade; c) O terceiro ciclo, que compreende o 7º, 8º e 9º ano de escolaridade, constitui a quarta e última fase do ensino básico (LDB, 2010).

Para investigação, elaboramos três questões para a coleta dos dados e, antes de iniciar a aplicação, informamos os participantes que são voluntários a respeito dos fins do estudo. As respostas serão tratadas com total confidencialidade, sendo utilizadas estritamente para fins acadêmicos. Eis as questões: 1) Com base em sua experiência no ensino guineense, como foi o seu primeiro contato com a Língua Portuguesa? (Foi na escola ou não? Comente a sua afirmação); 2) Quais foram as principais dificuldades linguísticas que você enfrentou sendo falante das outras línguas (maternas) ao aprender o português? 3) Você acredita que a língua guineense (Crioulo) pode facilitar ensino-aprendizagem no contexto multiculturalismo?

A seguir, trazemos recortes das respostas às questões, bem como a discussão a respeito das mesmas com o propósito de obter a melhor compreensão da questão central de nossa pesquisa: Em que medida o contexto multilíngue guineense impacta o processo de aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos de 2º a 4º anos de escolaridade do 1º ciclo de Ensino Básico Unificado na Guiné-Bissau?

4.1 A Influência do multiculturalismo e o contato com a Língua Portuguesa

Para compreender o impacto do ensino no aprendizado do português no contexto multilíngue Guiné-Bissau, procedemos às entrevistas a partir das questões anteriores. Em seguida, passamos à sua interpretação crítica dos dados obtidos.

Levando-se em conta a questão 1: “Com base na sua experiência no ensino guineense, como foi o seu primeiro contato com a Língua Portuguesa?” (Se foi na escola ou não, comente a sua afirmação), os depoimentos dos informantes revelam que a experiência do primeiro contato com a Língua Portuguesa não foi fácil e que essa situação é semelhante à de milhares de estudantes guineenses, em que a LP é a única língua de ensino, apesar do país ser multilíngue.

As falas dos informantes A e B mostraram que o processo de aprendizagem da LP é complicado, mas se torna ainda mais complicado nos momentos iniciais de aprendizagem, conforme relataram:

O meu primeiro contato com a língua portuguesa foi muito duro e não é fácil compreender uma coisa que você nunca ouviu antes, o professor tentava usar crioulo para explicar, mas nós não conseguimos entender. É muito difícil em termos de compreensão, a língua que você começou a aprender depois de outras línguas e que nunca tinha ouvido antes só na escola (informante A, 2025).

Nos primeiros momentos era muito difícil [...], e como eu vivia na tabanca (aldeia) aí nós não temos acesso às pessoas que falam a língua português. Então eu comecei a aprender a língua portuguesa somente na escola, tendo em conta a distância com as pessoas que falam a LP a não ser na escola. (informante B, 2025).

Para eles, as experiências não foram fáceis tendo em conta as grandes dificuldades enfrentadas no ensino do português como língua única e ainda mais como sendo pessoas das zonas rurais, com a sua língua étnica bem fluente e não tinham nenhum contato previamente com a língua portuguesa.

É de notar que o primeiro contato com a LP costuma ser traumático, principalmente quando a escola é o único espaço para estabelecer esse contato, por essa razão existe um choque entre a “língua de casa” (crioulo ou línguas étnicas/LM), geralmente efetiva entre a comunidade e a língua de escola ou de estudo (LP), língua oficial de ensino, mas que está distante da realidade social do país. No entanto, os alunos são obrigados a viver entre estas realidades.

Segundo Couto (1994), “Na Guiné-Bissau, o português é a língua oficial, mas é a língua nacional a da unidade. O ensino que ignora o crioulo cria um abismo entre o saber escolar e a realidade vivida pelo aluno”. Então, o que se pode concluir aqui não é a simples negação da cultura dos alunos na escola, mas, sim, o desconhecimento do seu mundo.

Os informantes C e D estabeleceram seus primeiros contatos na escola e contém experiências linguísticas distintas aos outros informantes:

O meu primeiro contato com a língua portuguesa, formalmente foi na escola, ali que eu tive contato com a língua portuguesa.[...] não digamos que foi tão estranho de uma forma geral, mas em termos da própria compreensão dos conteúdos (Informante C, 2026).

Na verdade foi difícil, uma língua estranha [...], acho que será para todas as pessoas pela primeira vez a ter contato com uma língua que nunca houve pessoas a falar só na escola ou um pessoa, posso dizer o professor que fala a língua português, depois da aula continuamos com a língua materna e crioulo (Informante **D**, 2026).

Ensinar o aluno em uma língua desconhecida, especialmente uma criança que nunca teve contato com esse idioma, pode dificultar a capacidade de assimilar o conteúdo escolar, considerando a sua pouca familiaridade com a língua. Segundo Bachmann (2014), “a ausência de sua língua e cultura no contexto educacional é uma barreira para que ocorram os processos de ensino e aprendizagem os quais a educação escolar se propõe”. Isto porque, se a língua é desconhecida, tem que ter a forma de ensinar essa língua, tal como Silva (2018) afirma: “a língua portuguesa deve ser ensinada como L2 na Guiné-Bissau”.

Continuando com os depoimentos dos informantes **E** e **F**, estes afirmaram o seguinte:

[...] eu sou uma pessoa que aprendeu a minha língua materna, não é a língua crioula, segunda língua é a língua crioula e o português, eu aprendi isso na escola, [...] foi difícil porque a língua que é mesmo para ensino devia ser a língua que os alunos e professores dominam para poder aprender, [...]. Agora, aprendendo outras línguas como eu aprendi a minha língua materna, balanta, crioulo e depois o português, não foi fácil porque português era somente a leitura e a escrita (Informante **E**, 2026).

O primeiro contato com a língua portuguesa foi difícil para mim, porque na minha etnia, onde eu nasci, só se fala a língua balanta. [...] meu pai e a minha mãe falam balanta comigo, na escola a gente fala crioulo, é por causa disso que o primeiro contato com a língua portuguesa não foi fácil (Informante **F**, 2026).

Nessas duas falas, podemos compreender a vulnerabilidade dos alunos no modelo de ensino. Todavia, se o ensino fosse na língua crioula, que aparentemente é da compreensão da maioria, a dificuldade seria menor. Portanto, com base em nossos informantes, corroboramos a ideia de Cá (2019), ao afirmar que “os estudantes guineenses têm o primeiro contato com o Português nas escolas, fora do ambiente escolar, eles convivem com as línguas nacionais (étnicas) e o crioulo guineense”.

4.2 As principais dificuldades linguísticas dos falantes da LM ao aprender o português

No que se refere à dificuldade linguística na Guiné-Bissau, entende-se que não é um processo linear a todos, ou seja, varia de acordo com a situação geográfica do aluno, mas aqui vamos destacar as que acontecem com alunos bilíngues. Em resposta à segunda questão, os informantes **A** e **B** mostraram que a maior dificuldade foi a de “chamar” palavras e pronunciar

em português. Isso demonstra que as línguas maternas não só dificultam a aquisição da nova língua, mas também interferem bastante na aprendizagem da LP.

A dificuldade principal é chamar as palavras, também a compreensão de palavras em português. Nesse sentido os professores costumam usar a palavra em língua portuguesa, depois traduz essa palavra na língua crioula para mais entendimento e a descodificação da palavra (informante **A**, 2025).

Tinha muitas dificuldades nas pronúncias, bem sabemos que pela primeira vez com o contato com a língua portuguesa seria muito difícil saber pronunciar muitas palavras. E além disso, a língua materna também me atrapalhou bastante. [...], tinha muita dificuldade de falar crioulo nos primeiros momentos e se você não sabe falar crioulo direitinho, não é português que você vai conseguir falar corretamente. Vai acontecer muitas dificuldades na pronúncia ou pode ser em termo de ler, às vezes o professor pode até citar um exemplo na sala de aula e se ele não tentar ensinar na língua crioula torna ainda mais difícil (informante **B**, 2025).

Os depoimentos mostraram que o primeiro contato com a LP, de certa forma, foi difícil, principalmente em termos da compreensão e da pronúncia das palavras em português e a situação é pior para os alunos distantes das zonas urbanas, onde o crioulo ainda não é uma acessível na comunidade. Portanto, para amenizar essa situação, a língua crioula é utilizada na aula em alguns casos como língua de mediação no ensino básico guineense. Segundo Pereira (2011, p.12), “não é raro encontrar, nas escolas guineenses o professor a socorrer-se do crioulo guineense, como facilitador das aprendizagens, [...], dada a existência de indivíduos de várias etnias com línguas diferentes”.

O informante **C** mostrou que a sua maior dificuldade é a função sintática, o papel de cada palavra dentro de uma frase. Se formos verificar nas línguas dominadas pelo informante, é provável que as frases não obedecem a mesma estrutura, e além do mais, existem as interferências comunicativas. Quando fala sobre dificuldades que enfrentou, assim se coloca:

[...] isso tem a ver com certas palavras, a construção frásica na língua portuguesa. Isso é uma das dificuldades, porque às vezes tem expressões que você pensa, talvez que quando fala em crioulo, pode levar a mesma expressão para a língua portuguesa, que de fato não acontece. E isso gera muita dificuldade de compreensão, [...] às vezes quando estou perante uma situação que eu não consigo destrinchar, o que eu faço, eu levo o conceito para a língua crioula e até na minha língua materna para poder fazer e perceber melhor, para depois poder aplicar isto na língua portuguesa...” (informante **C**, 2026).

Existe essa movimentação, do processamento de informação, transferência de significados e reprodução em português, tudo é um processo que leva tempo e merece uma

consideração como uma das dificuldades que eles enfrentam no seu dia-a-dia dentro da sala de aula.

Para o informante **D**, “a dificuldade que encontrei [...], os professores ensinam a memorizar as frases, depois contato com os verbos. Mesmo assim, posso dizer que quando estava a aprender a língua português tudo começa com memorização”. Essa afirmação abre um novo debate, argumentamos a partir de alguns pontos dos critérios para avaliação dos Livros Didáticos (LD) que, conforme Ur (1995), deve haver “adequação educacional e social da abordagem; autenticidade de materiais; prática nas quatro habilidades (ouvir, falar, ler e escrever); e a facilidade de adquirir o livro”. São pontos essenciais que merecem reflexão antes da sua aplicação na Guiné-Bissau. Um material produzido num país diferente, onde português é LM para aplicar num país heterogêneo. Destacamos, então, que existe um problema quando se fala de materiais didáticos para o ensino na Guiné-Bissau.

Segundo Teixeira (2012, *apud* Cá, 2019, p.12):

O material didático é um elemento fundamental para o ensino de línguas, pois não serve apenas como uma ferramenta de aquisição de conhecimento, método e hábito de trabalho e estudo, contribuindo, por vezes, para formar cidadãos que respeitam a construção de conhecimento baseado na preservação de valores culturais e cívicos, sem discriminação étnica, religiosa e social. Por essa razão, é importante que os materiais didáticos de língua portuguesa como L2, ou como língua estrangeira (LE), sejam alvos de análise e avaliação, de modo a potencializarem o desenvolvimento da competência da oralidade, da escrita, da leitura e do conhecimento explícito da língua (Teixeira, 2012, *Apud* Cá, 2019, p.12):

Analisando os depoimentos, pode-se perceber na fala dos informantes que as experiências com a LP foram difíceis, tendo em conta ao sistema de ensino e isso nos leva a corroborar com a ideia de Batista (2007, p.11 *Apud* Encanha, 2018), ao afirmar que “existe um distanciamento da população em relação ao uso do português, de maneira que a maioria das crianças tem e fala outra língua em casa, ou na sua comunidade (que são as línguas étnicas, ou a língua da comunicação diária, no caso o crioulo)”.

Os informantes **E** e **F** realçaram a questão da descontextualização do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, uma educação bancária e como língua primeira (L1). Para Cá (2015), “[...] tendo em vista o número de línguas existentes no país, mas não fala de ensino a partir de uma perspectiva plurilíngue. Também é necessário fazer uma ressalva sobre a dimensão cultural: o Programa não faz referência às línguas étnicas faladas pelos alunos na sala de aula”. Para ele, existe um responsável que “reconhece a heterogeneidade linguística dos alunos, mas não leva em consideração”. Fala de “sucesso escolar em língua portuguesa”, mas não fala do sucesso no ensino da L2 a partir da L1”.

Segundo os informantes:

Aprender português não foi fácil porque às vezes, tem coisas que vão te ensinar em português com menos compreensão, não era fácil conhecer vocabulário, também nós não falamos português, falamos crioulo, depois a leitura era em português. Agora para aprender outro vocabulário em português, tentando explicar esse vocabulário também ao mesmo tempo em português não era fácil (Informante E, 2026).

A dificuldade linguística é que na verdade quando eu começo a falar português aí mistura sempre duas línguas, que é balanta e crioulo, por causa do domínio de falar balanta e crioulo até na escola, às vezes o professor bota de primeira à quarta para falar em língua balanta. Às vezes ele fala crioulo, mas depois quando não percebemos coloca a língua balanta [...] (Informante F, 2026).

Relativamente a isso, Schoffen (2012) afirma que “há necessidade de desenvolver o ensino de língua a partir da adequação do contexto cultural do aprendiz. Sem distanciamento dos valores locais, é importante adotar um olhar que consiga ver determinada prática no contexto em que se encontra o ensino”. Na perspectiva linguística, para minimizar a dificuldade dos alunos, é necessário pensar em uma política linguística que favoreça e valorize o contexto multilíngue nacional.

Para Freire (1967), “A alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, com a colaboração do educador”. É crucial uma adequação do ensino considerando o aluno como centro.

É importante realçar a ousadia do (os) professor (es) da referida escola do informante F pela coragem no trabalho, isso foi pré-definido pelo pensamento freireano, que diz “não haver melhor caminho para processo de aprendizagem que não seja pela primeira língua (L1), a qual o aprendiz tem facilidade de compreender”. Portanto, se numa povoação as pessoas falam a mesma língua, é necessário fazer isso mesmo.

4.3 O guineense (Crioulo) como facilitador do ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau

Fala-se sobre a implementação do ensino bilíngue na Guiné-Bissau, ou seja, que a língua guineense passe a ser a língua oficial e de ensino, igual à Língua Portuguesa, entretanto, como foi apontado na discussão no capítulo anterior, agora é dando continuidade sobre a proposta do ensino mais viável para o país. A partir das entrevistas realizadas, os dados recolhidos serão apresentados e analisados a seguir, evidenciando o ensino bilíngue como modelo educativo que integra o guineense e o Português.

Em resposta à terceira questão (Você acredita que a língua guineense (Crioulo) pode facilitar ensino-aprendizagem no contexto multiculturalismo?), segundo os depoimentos dos

informantes **A** e **B**, pode-se perceber que o guineense (crioulo) não é só a língua mediadora no ensino na Guiné-Bissau, mas também ajuda o aluno a ter mais domínio dos conteúdos, portanto a sua oficialização é entendida como um avanço ao sistema, a aprender LP e melhorar o desempenho escolar:

À língua crioula eu posso dizer é muito essencial na nossa aprendizagem da língua portuguesa, pode ser a língua primeira para os outros, enquanto eu a minha língua étnica (LM). [...] a língua crioula facilita bastante no ensino aprendizagem tendo em conta o nosso contexto multiculturalismo, aí aparece como a língua da união do povo guineense (informante **A**, 2025).

Se a língua portuguesa fosse crioulo que nascemos a falar, nunca teríamos dificuldade de aprender a matéria. A língua crioula contribuiu bastante para aprender a língua portuguesa. Durante o meu processo de ensino-aprendizagem, o professor tirava exemplo e se a pessoa não entender, ele volta para a língua crioula para nos fazer entender. Se o crioulo fosse uma língua adotada no nosso processo de ensino aprendizagem, isso tornará mais fácil e seremos capazes de responder muitas questões relativamente à língua Portuguesa (informante **B**, 2025).

Relativamente à fala dos dois informantes, é nítido o posicionamento a favor do uso de guineense (Crioulo) no sistema educativo do país. Reforçando a fala informante **B**, não é que o ensino na língua guineense teria dificuldade pelo fato de conhecermos e dominarmos essa língua, mas a dificuldade é menor na compreensão em relação à LP. Pelas suas experiências no ensino guineense, preferencialmente, escolheram o ensino bilíngue para avançar na educação. Segundo Embaló (2008, *Apud* Encanha, 2018, p.06):

[...] apesar da proibição do uso do crioulo e das línguas étnicas no recinto escolar, na maioria das vezes o crioulo não deixa de ser o recurso de muitos professores, que por deficiência do próprio conhecimento do português ou quando os alunos não compreendem o conteúdo, eles explicam em crioulo para facilitar a compreensão da turma (Embaló (2008, *apud* Encanha, 2018, p.06).

Embora o Estado ainda não tenha definido uma política inclusiva do guineense dentro da sala de aula, os professores aproveitam esse recurso linguístico para facilitar seus trabalhos, situação que Cummins (2000) chamou de “transferência de habilidades”, porque se o aluno entende um conceito complexo na sua língua materna (Crioulo), ele simplesmente precisa o básico em LP para fazer a sua relação e não começar a aprender os conceitos do zero. Assim, a proficiência comum subjacente permite a transferência de habilidades entre línguas.

Os informantes **C** e **D** afirmaram os seguintes acerca do ensino na língua guineense para facilitar o ensino da língua materna.

[...] eu tive um professor que dava aula em língua crioula para poder facilitar as pessoas, [...]. As leituras são feitas em português e quando o professor vai explicar volta pra língua crioula pra poder explicar o contexto. [...] a pessoa logo vai associar a explicação do português com a explicação do crioulo, por isso eu disse que com certeza a língua crioula facilita em termos de ensino aprendizagem na Guiné-Bissau, tendo em conta o contexto multiculturalismo, é a língua de todos guineenses [C].

Acho que pode facilitar porque para ensinar na Guiné somente com a língua portuguesa sem auxílio do crioulo, ali vai gerar muitos problemas. No ensino básico, acho que deve ser a língua crioula misturando com a língua portuguesa... [D].

Nota-se que, nos depoimentos dos informantes **C** e **D**, a língua guineense não só pode facilitar o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, mas sim o próprio sistema educativo em geral, os relatos das experiências mostraram que facilitou bastante durante o percurso escolar dos informantes. É importante frisar sempre que o país é composto por grande diversidade linguística e cultural e a língua guineense (Crioulo) desempenha um papel de suma importância, a língua da unidade nacional dos guineenses.

A ideia de transformação da educação guineense para bilíngue vem desmistificar a crença de que “ensinar a língua materna (guineense) pode prejudicar o aprendizado da língua portuguesa”. É importante realçar que a transferência linguística não é apenas das palavras, e tem impactos nas habilidades cognitivas, uma vez que o cérebro desenvolve certas competências em uma língua (L1), elas ficam disponíveis para a outra (L2).

O informante **E** no seu relato corroborou com os outros informantes, mostrando que é pertinente a implementação do guineense no sistema de ensino da Guiné-Bissau.

[...] posso afirmar que sim, porque no contexto guineense, a maioria fala a língua crioula. Os textos que nós copiamos para ensino aprendizagem é em português. Agora, implementando língua crioula, nesse caso, para ensino, [...]. O professor usando esse método, isso vai ajudar bastante para aprendizagem, os alunos vão aprender mais português e entender a matéria (informante E, 2026).

O depoimento do informante **E** veio reforçar essa ideia de que o ensino na língua guineense vai facilitar a compreensão dos conteúdos. E vai ainda mais longe respondendo à questão sobre a oficialização do guineense como língua de ensino no país. Afirma que “sim estou de acordo com isso. Nós falámos crioulo, agora usando crioulo no ensino, isso vai ajudar bastante no ensino-aprendizagem”. Sobre a adoção de guineense como língua oficial, Couto e Embaló (2010) afirmaram que “os linguistas e outros intelectuais de fora advogam a adoção do guineense não só como língua oficial do país, mas também como língua do ensino desde os primeiros estágios até o último”.

Na sequência, o informante **F** apresenta a sua posição relativamente a mesma questão, só que de forma diferente dos outros informantes anteriormente apresentados.

Para mim eu acho que não, para facilitar o ensino eu acho que tem que falar a língua portuguesa porque pra frente aí aluno ou qualquer pessoa vai precisar como eu que enfrentei muita dificuldade por conta de não aprender nada, mas eu acho bom mesmo o ensino começar com a língua portuguesa (Informante F, 2026).

Contrariamente aos outros, o informante **F** afirmou que o ensino na Guiné-Bissau não deve ser na língua guineense se queremos ter alunos com mais domínio da língua portuguesa, justificando pela sua experiência, que foi difícil por causa do ensino na língua guineense e língua étnica. E sobre a oficialização do crioulo, respondeu que: “vai ser difícil mesmo colocar a língua crioula para oficial, eu acho que é um processo. [...] deixar ensino na língua portuguesa para que os alunos possam dominar a língua portuguesa, porque quando sair do país aí tem que falar a língua português e não vai falar a língua crioula”.

Historicamente, há quem defenda a mesma posição do informante **F**. Segundo Couto e Embaló (2010), os pesquisadores do INDE⁷ e do INEP⁸, também são a favor do ensino em português, embora Carlos Lopes (do INEP), tenha dito que “é necessário colocar o crioulo no seu respectivo lugar, que tem necessariamente de ser o de destaque, pois tarde ou cedo terá de ser a língua escrita principal do ensino”.

Após análise dos depoimentos dos nossos informantes, como pesquisadores, acreditamos também que a língua guineense vai ser alavanca para o setor de ensino do país, porque o contexto multicultural e multilíngue da Guiné-Bissau exerce um impacto profundo sobre os alunos e, muitas vezes, restritivo na compreensão da matéria e no aprendizado da Língua Portuguesa, portanto é urgente a implementação do ensino bilíngue para resgatar a identidade nacional dos alunos de forma que sintam incluídos no ambiente escolar e facilitar no ensino de forma geral.

5. CONSIDERAÇÕES

A nossa pesquisa permitiu-nos compreender que o multiculturalismo guineense, apesar de ser uma herança cultural valiosa, quando confrontado com o sistema de ensino monolíngue no país, apresenta grandes desafios na aprendizagem da língua portuguesa para os alunos no 1º ciclo do Ensino Básico (2º a 4º ano), principalmente das zonas rurais do país.

As discussões permitiram-nos um detalhamento mais profundo das questões relevantes, principalmente sobre a política linguística e planeamento linguístico na Guiné-Bissau, definição da língua do ensino de acordo com a realidade cultural dos alunos e, fizemos as conceituações das línguas.

⁷ INDE – significa Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação.

⁸ INEP – significa Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

A entrevista nos proporcionou as evidências sobre a real situação do primeiro contato com a LP, que para a maioria dos alunos guineenses sempre foi na escola. É muito difícil e traumático para alunos que têm a base linguística das LMs bem consolidadas e que estão sendo alfabetizados em idioma novo, que não pertence ao seu cotidiano. As dificuldades que apresentam não residem simplesmente nas pronúncias das palavras e em decorar textos, mas também na compreensão das matérias e assimilação dos conteúdos.

A língua guineense (crioulo) sempre esteve e está nos corredores da Guiné-Bissau, que no processo de ensino serve como elo entre ensino da LP-professor-aluno, ou seja, é a língua mediadora para muitos professores, apesar de não ser oficialmente admitido pelo Estado, mas recorrem para garantir que aprendizagem ocorre.

Embora a posição defendida pelo informante F seja a favor do ensino na LP, também foi defendida por alguns intelectuais, considerando que é uma língua de estatuto social e é necessariamente bom para o ensino e o seu domínio, tendo em conta as futuras limitações que a língua guineense pode causar nos alunos, uma vez que é língua internacional e facilita acesso ao mundo.

Com tudo isso, durante a nossa pesquisa, os resultados teóricos e históricos, mostraram eficácia do bilinguismo para o contexto sociocultural do ensino na Guiné-Bissau, que em nenhum momento prejudicou o aprendizado do português, além disso, serviu de aporte para transferência de conhecimento, valores sociais e culturais dos alunos.

Diante desse desafio que o país atravessa nos últimos tempos, em particular o setor de ensino do país, reconhecemos que não é uma tarefa fácil, mas possível, que o ministério que tutela a educação pense na formação e capacitação dos professores para atender às necessidades dos alunos. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para a melhoria do sistema de ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, de monolíngue para bilíngue, considerando os aspectos multicultural e multilíngue.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação**. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2007.)

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino**. Universidade de Brasília, 2009.

BACHMANN, Agnes Caroline Silva. **O Multilinguismo no Contexto Escolar da Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia – Brasília, DF, 2014.

BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na escola normal superior “Tchico Té”**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CÁ, Imelson Ntchala. **Entre o real e o ideal: uma análise contrastiva entre o material didático e as necessidades dos estudantes no ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau**. Redenção-CE, 2017

CÁ, L. O. **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 51–69, 2009.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau** - Campinas, SP: (s.n.), 2005.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. Belo Horizonte, 2015.

CARVALHO, G. L. (2011). **Unidades fraseológicas no ensino de português língua estrangeira: os últimos serão os primeiros**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 126 p.

CORREIA, N. G. (2023). **O SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU: Uma Análise Do Processo De Evasão Escolar E O Currículo Nas Escolas Do Ensino Secundário**. Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros, 6(14), 60–82. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v6n14.2023.4>

COUTO, Hildo Honório do. **O que é um crioulo**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP**. In: PAPIA – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, n. 20, 2010. Brasília: Thesaurus Editora.

CUMMINS, Jim. **Language, Power, and Pedagogy: Bilingual Children in the Crossfire**. Clevedon: Multilingual Matters, 2000.

DJAU, Rachido. Situação sociolinguística, cultural e étnica na Guiné-Bissau e sua implicação. *Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia*, v. 2, n. 12, 2015.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FONSECA, S. P. B. da. **Educação para a Cidadania na Guiné-Bissau**. In: *Revista Guineense de Educação e Cultura*. O Estado da Educação na Guiné-Bissau, mar. /2011, n. 1, p. 83-95.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed. 2002.

GROSSO, Maria José dos Reis. **Língua de acolhimento, língua de integração falantes de outras línguas**. Lisboa: Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, 2010.

<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/45091>. Acesso em: 10 maio 2025.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252950>. Acesso em: 28 abril 2025.

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1263>. Acesso em 20 janeiro de 2026.

Ié David. 2018. [Repositório Institucional: Políticas linguísticas e a língua portuguesa na sociedade guineense](#). Acessado, 10/10/2025.

IÉ, David. **Políticas linguísticas e a língua portuguesa na sociedade guineense**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção–CE, 2018.

INTUMBO, Incanha. Estrutura e variantes do português na Guiné-Bissau. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DOS DESPORTOS. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Bissau, 2010.

SALDANHA, Maurilho da Silva. **Educação e ensino em contexto multilíngue: as possibilidades de um ensino bilíngue na Guiné-Bissau**. 2019.

SANBÉ, Crasimir, Adelino Ramos. **Políticas linguísticas e o processo de ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau**. Florianópolis, 2023.

SCANTAMBURLO, Luigi; PINTO, Paulo Feytor. **O ensino de Português a GB. Comunicação apresentada na conferência**. CoopEdu IV: Cooperação e Educação de Qualidade, ISCTE, Lisboa, 8-9 nov. 2018.

SCHOFFEN, J. R. (2012). **Português como língua adicional: reflexões para a prática docente**. Porto Alegre: Bem Brasil.

SILVA, Antonio. **Políticas linguísticas para o português: Uma investigação acerca da Guiné-Bissau**. Redenção, 2018.

UR, Penny. **A Course in Language Teaching: Practice and Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.